



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010785-94.2008.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **Condomínio Conjunto Jardim São João Batista**
 Requerido: **Oswaldo Luiz Carrara**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

O título executivo judicial condenou o réu ao pagamento das despesas condominiais vencidas no período de 13 de maio de 2006 a 10 de junho de 2008, no valor certo de R\$ 1.765,46, acrescido de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da propositura da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação (*fls. 56*).

O executado depositou, em 11 de setembro de 2014, o valor de R\$ 4.879,13, conforme comprovante de fls. 143.

Portanto, é nessa data que o valor da dívida deve ser calculado, a fim de se verificar a suficiência ou não do depósito.

Segundo cálculo do Contador Judicial, em 11 de setembro de 2014 o valor da dívida representada no título judicial era de R\$ 4.807,46, de modo que, frente ao valor depositado, houve pagamento a maior no valor de R\$ 71,67 (*vide laudo de fls. 157*).

A tese do credor, de que haveria erro no cálculo do Contador Judicial, não logra demonstrar onde e por quais razões esse erro deveria ser admitido.

Portanto, à vista da prova técnica, reconheço a quitação da dívida no valor de R\$ 4.807,46 em 11 de setembro de 2014, e, em consequência, JULGO EXTINTA a execução, com base no art. 794, I, do Código de Processo Civil.

Defiro o imediato levantamento do valor de de R\$ 4.807,46 pelo credor, expedindo-se guia.

Quanto ao saldo remanescente, aproveite-o no pagamento das custas finais, intimando-se o devedor a complementar o valor até a integralidade (*R\$ 106,25 com os devidos reajustes*), sob pena de inscrição na dívida ativa.

P. R. I.

São Carlos, 18 de junho de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**